



Federação de Sindicatos de
Trabalhadores das
Universidades Brasileiras

Fundada em 19 de dezembro de 1978

INFORMES
Direção Nacional



ID2011 DEZ-05

Brasília, 15 de dezembro de 2011.

Plantão DN

Cortes, Rolando, Léia, Maninho e JP.

Presentes em Brasília (Oficina de Aprimoramento de Carreira)

Paulo Henrique, Janine, Luizão, Almiram, Rogério, Luiz Antônio, Uchôa, Eurídice, Iaci e Fatinha.

CNSC FASUBRA/MEC

Loiva, Vanda e Hilbert.

INFORMES NACIONAIS

VITÓRIA DOS TRABALHADORES PLENÁRIO DA CÂMARA APROVA PEC -270/08

A Luta pela aprovação da PEC 270, ao longo desses anos, contabilizou nesta data uma vitória importante não apenas para os trabalhadores aposentados por invalidez desde 01/01/2004, mas também, para todos os trabalhadores em atividade, uma vez que ficaremos mais protegidos do infortúnio que não podemos nunca prever.

A PEC – 270 – obteve unanimidade de votos no Plenário, e a mesma garante a revisão da forma de cálculo dos reajustes dos proventos dos trabalhadores (as) aposentados por invalidez, restaurando principalmente a paridade salarial com o pessoal da ativa.

A FASUBRA sempre esteve na luta, pressionando e conscientizando os parlamentares, quanto à justiça dessa causa e neste momento, no final de ano, temos que comemorar mais um passo importante rumo ao reparo da injustiça cometida com os aposentados por invalidez a partir da emenda 41 (Reforma da Previdência).

Continuaremos na luta, pela aprovação final da PEC-270, em segundo turno na câmara e no Senado.

Para tanto, **orientamos que nossas entidades de base continuem pressionando os deputados e senadores em seus estados, entregando os documentos já elaborados pela FASUBRA em defesa da PEC-270.**

FASUBRA NA LUTA PELOS 10% do PIB para financiamento da Educação

Após apresentação do relatório do *Deputado Vanhoni*, relativo ao PNE – Plano Nacional de Educação, a FASUBRA e as demais entidades do Fórum Nacional da Educação, se rearticulam pela garantia de suas emendas no substitutivo que será apresentado ao parecer do relator.

A UNE está acampada há mais de 10 dias em frente ao Congresso Nacional e a FASUBRA prestou apoio político e financeiro a UNE, nesta luta pelos 10% do PIB, que também é nossa.

Dentre as emendas apresentadas pela FASUBRA, priorizamos a luta pela introdução da terminologia ampla do conceito de profissionais de educação, estendendo para o conjunto dos profissionais (técnico-**administrativos e docentes e funcionários de escolas**).

As emendas se referem a:

- ✓ Democratização da educação: eleições dos dirigentes das IES e composição dos conselhos de forma paritária.
- ✓ A universalidade e equidade do acesso: ampliação de vagas e de instituições públicas;
- ✓ Aprovação de políticas de cotas raciais e sociais;
- ✓ Ampliação de metas do financiamento público estável a 10% do PIB;
- ✓ Valorização, formação e capacitação do conjunto dos trabalhadores(as) da educação de todos níveis e categorias - docentes, técnico-administrativos e funcionários de escola;
- ✓ Reconhecimento do papel do trabalhador(a) técnico-administrativo em educação das IES, no cumprimento do princípio indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.

O parecer do relator do PNE será disponibilizado no site da FASUBRA, num **link específico do PNE**.

O PNE não será votado neste ano, portanto a luta pela aprovação dos 10% do PIB, bem como a incorporação de emendas de nosso interesse, ainda tem espaço para a disputa.

A FASUBRA está atenta, e em reuniões com parlamentares na busca de êxito neste sentido.

Orientamos nossas entidades filiadas a buscarem os parlamentares nos estados, apresentando nossas emendas, que se encontram disponíveis no site da FASUBRA no **link PNE**.

NOTÍCIAS

Plenário aprova proventos integrais para aposentados por invalidez

Essas aposentadorias terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa.

O Plenário aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [270/08](#), que concede aposentadoria integral aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente caso tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da [Emenda Constitucional 41](#), a última reforma da Previdência.

A matéria, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi aprovada hoje por unanimidade (401 votos), mas precisa passar por um segundo turno de votação antes de ser enviada ao Senado.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até essa data e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei [10.887/04](#), que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos. Segundo o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), a mudança feita pela PEC corrige uma das distorções da reforma previdenciária. "É inaceitável que o indivíduo atingido por uma situação de invalidez, que mais precisa de cuidados e atenção do Estado, tenha seus proventos mais limitados que o servidor saudável", afirmou.

A Reforma da Previdência instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável listada em lei.

Retroatividade

No [substitutivo](#) que Faria de Sá apresentou à comissão especial, estava prevista retroatividade a 2003, mas o texto aprovado retirou essa regra nas negociações com o governo.

Para o relator, os aposentados poderão recorrer à Justiça para requerer a retroatividade. "O governo foi contra a retroatividade, mas ela poderá ser requerida na Justiça", afirmou.

A PEC estipula um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão vão valer a partir data de promulgação da futura emenda constitucional.

A deputada Andreia Zito agradeceu aos deputados envolvidos na discussão pela aprovação da PEC, lembrando que o próprio presidente se empenhou em colocar o assunto em pauta. Ela também parabenizou as instituições que representam os aposentados por invalidez. "Estamos mostrando para o Brasil e para essas pessoas que não nos esquecemos delas", afirmou.

Fonte: **Agência Câmara de Notícias**

Data limite para aprovação do PNE é 15 de março, afirma presidente de comissão

Lelo Coimbra, no entanto, não descarta a conclusão das votações ainda neste ano.

O presidente da comissão especial destinada a analisar o Plano Nacional de Educação (PNE – PL [8035/10](#)), deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), afirmou hoje que o prazo máximo definido pelo colegiado para votação da proposta é até a primeira quinzena de março do próximo ano. O projeto do Executivo, que estabelece as metas para a educação brasileira nesta década, está em tramitação na Câmara desde dezembro do ano passado.

O relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), já [apresentou um parecer](#) ao texto no último dia 5, mas, segundo Coimbra, ainda há divergências sobre alguns temas.

A comissão especial realizou pelo menos 37 audiências públicas e seminários sobre o PNE em Brasília e outras capitais ao longo deste ano. Entre maio e junho, foram apresentadas quase três mil emendas ao texto, que já foram analisadas pelo relator. Neste momento, está aberta a segunda fase para oferta de sugestões – até o momento, são pelo menos 150 novas emendas.

O prazo para oferta de emendas ao [substitutivo](#) do PNE termina ao final de cinco sessões da Câmara, que poderão ser concluídas nesta quarta-feira (14) ou amanhã. Coimbra destacou que a comissão deverá se esforçar para concluir o processo de votação ainda neste ano, mas que, se não for possível, há acordo para que a data limite de votação na Câmara seja 15 de março de 2012. Após essa etapa, a proposta seguirá para o Senado.

Financiamento público

A maior polêmica sobre o Plano Nacional de Educação diz respeito à meta de financiamento público do setor. Hoje, União, estados e municípios aplicam, juntos, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. O governo havia sugerido o aumento desse índice para 7% em dez anos e entidades da sociedade civil pedem pelo menos 10%. Vanhoni fixou, em seu relatório, uma meta intermediária, de 8%. Instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e aquelas que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no entanto, já sinalizaram que ainda devem buscar os 10%.

Outra divergência se refere ao parâmetro de análise do cumprimento da meta de aplicação no setor. O substitutivo do relator mudou o índice adotado de "investimento público" em educação para

“investimento público total”. Este último inclui mais valores em sua soma, como as verbas destinadas a bolsas de estudo e financiamento estudantil.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep, autarquia ligada ao Ministério da Educação) mostram que, em 2009, o investimento público total em educação chegou a 5,7% do PIB – cerca de 0,7 ponto percentual a mais que o investimento público na área. Dessa forma, com a mudança de indicador, a diferença entre o que é aplicado hoje e a meta a ser alcançada ao longo do PNE seria de cerca de 2,3 pontos percentuais - e não de 3 pontos percentuais se o indicador menos abrangente continuasse a ser utilizado.

Entes federados

Mais uma possível controvérsia, citada por Coimbra, é a repartição da responsabilidade do investimento no setor. A proposta original do PNE prevê apenas uma meta global, que reúne União, estados e municípios. Os dois últimos entes, porém, reclamam que estão sobrecarregados na tarefa de financiar a educação.

De acordo com o Inep, dos 5,7% do PIB de investimento público total em educação, a União contribui com cerca de 1,2%, enquanto estados e municípios atuam com aproximadamente 2,4% e 2,2%, respectivamente.

Segundo o presidente da comissão especial do PNE, esse tema deve voltar ao debate. O objetivo de alguns deputados, conforme Coimbra, é que o texto do plano deixe claro quais são as metas específicas para cada ente.

Gestão democrática

Outra questão a ser debatida é a meta da gestão democrática das escolas. O relatório de Vanhoni estabelece o tema de forma ampla, com a responsabilidade da União de promover a participação comunitária na escolha dos diretores das escolas.

“Devemos melhorar esse texto, para garantir que não seja uma eleição pura e simples. Precisamos qualificar os habilitados para conjugar metas com compromisso de gestão e contrato de responsabilidade”, argumentou Coimbra.

Fonte: **Agência Câmara de Notícias**

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2011	
DEZEMBRO	
12 e 13	Reunião do CONAES
12 a 15	3ª Conferência Nacional de Política para a Mulher
13	Oficina do MP - Insalubridade
13	Reunião do FENTAS
13 e 14	Oficina CNSC/SRH - Aprimoramento da Carreira

14	Seminário da ANDIFES – Diretrizes e Estratégias para uma Política de Expansão das Universidades Federais
14 e 15	Reunião do CNS
16	Reunião FASUBRA/SINASEFE – Aprimoramento da Carreira
19	Fundação da FASUBRA 33 anos
JANEIRO 2012	
10	Fórum de Entidades do Serviço Público – Preparação para o lançamento da Campanha Salarial dos SPFs
17	Reunião do FENTAS
18 e 19	Reunião do CNS
24	Dia Nacional de Luta dos Aposentados
24 a 29	Fórum Social Temático
FEVEREIRO	
09	Lançamento da Campanha Salarial
MARÇO	
01 e 02	Seminário da CONTUA no Brasil sobre Democracia e sobre HU's
A definir	V Encontro Nacional de TAE's Negros e Negras e Militantes Antirracismo das Universidades Brasileiras
A definir	III Encontro de Mulheres da FASUBRA
ABRIL	
10 a 15	XXI CONFASUBRA